

Editorial



Por **LIA RAQUEL PRADO BURGOS RIBEIRO MARTINS**
Promotora de Justiça
Editora-chefe

A Revista Eletrônica do Ministério Público do Estado do Piauí chega a sua segunda edição - uma consequência natural do sucesso que foi a Revista de lançamento desse projeto - mas também fruto da dedicação e perseverança de uma equipe dedicada e motivada a melhorar cada vez mais o seu trabalho, promovendo a democratização do conhecimento propiciada pela rede mundial de computadores

Com grande satisfação é possível dizer que esta, assim como a primeira edição da Revista, cumpre o seu propósito de contribuir para o desenvolvimento da pesquisa científica, difundindo os trabalhos desenvolvidos por membros e servidores no âmbito do Ministério Público, assim como de incentivar o estudo e a discussão sobre assuntos relevantes e atuais que enriquecem a produção acadêmica no âmbito da Instituição, divulgando ideias e conhecimentos de interesse da atuação ministerial.

A Revista Eletrônica do Ministério Público do Estado do Piauí foi idealizada sob uma perspectiva plural de abordagens acerca de te-

máticas inerentes aos interesses tutelados pelo Ministério Público e/ou às funções institucionais a ele atribuídas pela Constituição da República e por leis infraconstitucionais, sempre no intuito de servir à comunidade como um instrumento de informação e divulgação de assuntos relacionados ao Ministério Público e suas atribuições, favorecendo, em última análise, a aproximação entre este e a sociedade.

Observa-se a magnitude de uma Instituição quando seus projetos são perenes e, apesar da importância devida às pessoas, que são as células vitais da Instituição, percebe-se a relevância da continuidade dos projetos, independentemente daquelas.

Dito isto, a Revista Eletrônica do Ministério Público do Estado do Piauí agradece a todos os envolvidos em sua produção, a começar pelo Procurador-Geral de Justiça Dr. Cleandro Alves de Moura, que, tão sabiamente, manteve e incentivou essa relevante conquista do Ministério Público piauiense, à toda equipe do Centro de Aperfeiçoamento Funcional do Ministério Público do Estado do Piauí, capitaneado pelo Procurador de Justiça Dr. Fernando Melo Ferro Gomes, Diretor-Geral do CEAf e também Presidente do Conselho Editorial da Revista, que, brilhantemente, assumiu o leme do CEAf e tem sido farol de sua equipe, assim como aos corpos do Conselho Editorial e do Conselho Gestor. Agradece, ainda, de forma especial, aos pareceristas convidados, pertencentes às mais diversas áreas e

instituições, que tão generosamente disponibilizaram seu tempo e seu conhecimento. Por fim, agradece aos autores que encaminharam os artigos para a segunda edição desta Revista. Sem eles, obviamente, a Revista Eletrônica do MPPI não existiria.

Feitas as menções e agradecimentos acima, passa-se a algumas informações importantes sobre a Revista. Trata-se de um periódico científico, em formato online, com periodicidade semestral. Encontra-se hospedada no sítio eletrônico do Ministério Público do Estado do Piauí, oferecendo acesso livre e imediato ao conteúdo integral de todas as suas publicações. Ela não é objeto de comercialização ou enriquecimento a partir de trabalho nela publicado e o autor que publica é absolutamente responsável pela produção pessoal de seu trabalho na hipótese de caracterização de qualquer figura antijurídica, sendo, inclusive, o conteúdo intelectual do artigo de inteira responsabilidade do autor.

Como já mencionado, intencionado uma abordagem plural, é um periódico com caráter multidisciplinar, fomentando intercâmbio de experiências com outras Instituições, nacionais ou estrangeiras, que mantenham publicações congêneres, bem como a promoção da reflexão crítica e a proposição de ações e práticas dirigidas ao aprimoramento da atuação ministerial.

Neste intuito, a Revista é estruturada em quatro seções: artigos; resenhas de obras acadêmicas e literárias e entrevistas; resumos de Teses, Dissertação ou Monografia; trabalhos e projetos executivos desenvolvidos por membros e servidores do MPPI.

Assim como na edição inaugural, foram muitos os artigos de excelente qualidade enviados para a publicação, bem como foi árdua a tarefa de selecionar aqueles que seriam publicados neste número. Interessante observar que os artigos escolhidos constituem um passeio por várias temáticas inerentes às atribuições do Ministério Público, demonstrando, mais uma vez, o caráter plural e democrático desta Revista.

Nesta edição, discute-se temas como: teoria do risco na responsabilização do Estado por danos a direitos difusos e coletivos, entrega voluntária na adoção, acesso à justiça de surdos, “uberização” e relações trabalhistas, lei geral de proteção de dados, responsabilização civil de influenciadores digitais, ANPP, controle de políticas públicas, práticas agropecuárias e meio ambiente, crimes cibernéticos, judicialização do direito a mínimo existencial e proibição do retrocesso, costume e queimadas, mutação constitucional, análise sobre patrimônio e memória da Avenida Frei Serafim, violência doméstica e direito ao esquecimento. Todos assuntos caros à sociedade piauiense.

Buscando contribuir para a pesquisa e produção científica acerca de questões de especial relevância para o Ministério Público e suas atribuições, assim como promover a aproximação entre ele e a sociedade, através da informação e conhecimento por parte desta sobre as atribuições e os trabalhos realizados por aquele, a Revista Eletrônica do Ministério Público do Estado do Piauí, em sua segunda edição, torna a propor-se um espaço democrático de discussão da ciência, firmando-se no cenário nacional e internacional de produção do conhecimento.

Finalmente, com a sensação gratificante do dever cumprido, a Revista Eletrônica do MPPI deseja a todos uma ótima leitura! Que ela possa, mais uma vez, corresponder às expectativas de seu público leitor!